

## LEVANTAMENTO SOBRE O ACESSO DOS DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO NO IFNMG- CAMPUS ARINOS

Ana Gabriela Oliveira de Souza<sup>1</sup>, Priscila Franco Binatto<sup>2\*</sup>,

<sup>1</sup>Graduada em Administração pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos;

<sup>2</sup>Orientadora, Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos;

\*priscila.binatto@ifnmg.edu.br.

### INTRODUÇÃO

O Brasil, como um país em desenvolvimento, deve assegurar que todos tenham acesso ao Ensino Superior de qualidade. Houve avanços, principalmente de 2003 a 2010, com mais de quarenta novos programas que permitiram a reestruturação das Universidades Federais, (VELOSO; MACIEL, 2015). Ainda segundo o autor, nesse período também foi promulgado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual foram desenvolvidos diversos programas que visavam a democratização do ensino, incluindo a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O acesso ao Ensino Superior constitui-se ainda um desafio que é parte do processo de enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais. Neste sentido, surgem os mecanismos de ação afirmativa e de inclusão social, dentre elas as políticas de cotas, resultando discussões mais aprofundadas sobre racismo e exclusão social no Brasil (KRAINSKI, 2014).

“A desigualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos” (ZAGO, 2006 p. 230). Então, o citado autor afirma que o Ensino Superior pode representar para os graduandos um investimento para aumentar as chances no mercado de trabalho, que está cada dia mais competitivo. Nesse sentido, Freitas *et al.* (2017) pontuam que a desigualdade torna-se mais evidente no Ensino Superior, visto que o ingresso neste nível de ensino se dá por mérito.

Segundo Freitas *et al.* (2017) o Ensino Superior tem grande demanda, no entanto, o governo não tem a capacidade de prover o ensino gratuito, o que tem aberto uma oportunidade para a categoria privada, transformar o Ensino Superior em mercadoria. A concorrência, sendo vasta, propicia inúmeros instrumentos usados pelas instituições privadas para atrair graduandos, como a flexibilização do ensino e baixas mensalidades. Em meio à facilitação do acesso ao Ensino Superior o número de graduados tem crescido exponencialmente, o que faz com que o diploma deixe de ser um diferencial, e que especialização seja necessária frente a um mercado em crise (FREITAS *et al.*, 2017).

Muitos dos problemas enfrentados pelos graduandos, para Krainiski (2014), são pelo fato de o Ensino Superior no Brasil ter sido um evento tardio. Tem de levar em conta também que, sua constituição foi para atender os jovens das famílias da elite social e econômica. Nesse sentido, foi necessária a discussão sobre a implantação das propostas de acesso dos jovens das camadas populares e de negros a uma instituição superior, através de um grande debate tanto na sociedade, como nas universidades públicas desde o ano de 1990.

De acordo com Almeida (2006), durante o processo histórico dos anos de 1824 a 2003, não houve um sistema de ensino que atendessem às necessidades do momento vivido e a

população de maneira geral. A educação, em nenhum momento, foi prioridade no Brasil e o Ensino Superior tinha como objetivo atender e instruir os filhos dos grandes latifundiários e da elite brasileira. No entanto, foram criadas leis que permitiram o maior acesso ao Ensino Superior, os quais foram essenciais para a inclusão de grupos até então excluídos.

Dessa forma, de acordo com a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Art. 2º, oferecer educação, é dever da família e do Estado, com finalidade do desenvolvimento do educando, conhecimento para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho (BRASIL, 1996). Já o Art. 3º, da lei em questão, garante a universalização de todos os direitos ao acesso e permanência na escola, possibilitando o aluno a aprender, ensinar, pesquisar divulgar e demais direitos à educação ao longo da vida.

Considerando o exposto, o trabalho teve como finalidade identificar as formas de acesso, bem como o perfil dos discentes do Bacharelado em Administração do IFNMG *Campus Arinos*.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que de acordo com Vergara (2016), tem como base expor as características de uma população. Quanto aos meios, a pesquisa foi de campo, tratando-se de uma investigação empírica para analisar o fenômeno de acesso, com 110 alunos, dos 152 regularmente matriculados no curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal do Norte de Minas Geras no IFNMG - *Campus Arinos*. A pesquisa foi não probabilística por acessibilidade, tendo os 110 participantes aderido pela aceitação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram obtidos por meio de um questionário e análise documental. O questionário era composto por 40 questões, abertas e fechadas, que foram aplicadas de três maneiras: envio por *WhatsApp*, envio por e-mail e convite para responder presencialmente no laboratório do prédio superior do *Campus Arinos*.

A análise documental utilizou documentos primários fornecidos pela secretaria de registros acadêmicos e pela coordenação do curso de administração do IFNMG-*Campus Arinos*. Os dados foram analisados de acordo com as orientações de Bardin (2011) para a análise de conteúdo. A abordagem da pesquisa foi quanti-qualitativa, permitindo obter maior confiabilidade nos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O corpo discente do curso de Administração é constituído por 152 pessoas, regularmente matriculadas, sendo que 72% dessas aceitaram participar da presente pesquisa. A maior parte dos futuros bacharéis é do sexo feminino (76%), solteiros (87%) e não têm filhos (95%). A maioria é jovem, tendo até 26 anos (92%), o restante desses alunos tem idade entre 27 e 36 anos (8%). Esse perfil difere do apresentado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), o qual descreve os profissionais da área sendo a maior parte homens, com dependentes, casados e com idade média de 39,3 anos.

São preponderantemente pardos (58%) ou negros (21%), sendo a minoria branca (18%) e amarela (3%). Esse dado contraria o apresentado por Gisi (2006), pois, naquele período o percentual de negros na educação superior era proporcionalmente muito menor que o de brancos, o que não representa a realidade atual do *campus*.

Os discentes em Administração concentram suas moradias na cidade de Arinos (71%), os demais (29%) residem nas cidades de Urucuia, Chapada Gaúcha, Uruana e Riachinho e precisam se deslocar diariamente, até o *Campus*. Dos 20 alunos que moram fora de Arinos 11 deles trabalham e têm que conciliar tempo de trabalho, de viagem e de estudo.

Quanto ao perfil econômico, a renda per capita de 85% dos futuros bacharéis é de no, máximo, dois salários mínimos, pertencendo, portanto, às classes sociais mais baixas, D ou E (ABEP, 2018).

A maior parte dos graduandos não participa de atividades extraclases (53%), entre os poucos que as realizam, as atividades esportivas são as mais frequentes, apontadas por 18%. De acordo com Júnior e colaboradores (2011), o desenvolvimento de atividades extracurriculares favorece a formação dos futuros administradores, que precisam exercitar as relações interpessoais e se prepararem para o dinâmico mercado de trabalho. Porém, os autores identificaram resultados semelhantes aos encontrados na pesquisa e sugerem a ampliação do acesso dos estudantes ao estudo de línguas, de aprimoramento do nível de leitura e a participação em projetos de pesquisa. É importante destacar que o IFNMG *campus* Arinos oferece atividades complementares gratuitas por meio do Centro de Línguas (CELIN), além de projetos de extensão, que oferecem bolsas e oportunidades de participação voluntária.

O hábito de leitura também não faz parte do cotidiano da maior parte dos participantes da pesquisa, pois, 14,5% não leem nenhum livro por ano, excetuando os escolares, enquanto 50% leem, no máximo, dois livros por ano. Para Tourinho (2011) a prática da leitura vai além da construção do conhecimento acadêmico, satisfação pessoal e prazer, atuando também na formação crítica dos sujeitos.

Quanto à forma de ingresso, através da pesquisa foi possível observar que 67 discentes (61%), entraram por ampla concorrência e apenas 43 (39%) por cotas. No entanto, todos os participantes teriam direito ao ingresso a partir de no mínimo um tipo de cota. Isso porque 87 alunos (79%) se autodeclararam negros ou pardos, 93 deles (85%) têm renda de, no máximo, dois salários mínimos e 107 dos futuros bacharéis (97%) tiveram a conclusão do ensino médio em escola pública. Os três alunos, que não concluíram o ensino médio em escola pública, são pardos e, um deles tem renda inferior a dois salários mínimos.

Apesar de as cotas proporcionarem acesso e maior representação de grupos antes excluído, muitos estudantes não se utilizam desse sistema para ingressar em uma universidade. Alguns alunos podem não ter compreendido as informações sobre cotas disponíveis no edital do processo seletivo, ou ainda, considerando que muitos têm direito às mesmas, optaram pela ampla concorrência que não demanda documentação de comprovações do direito às cotas. O não ingresso por cotas também pode se apresentar como um preconceito velado. Lemos (2017), explica que o maior preconceito se revela em relação às pessoas que entram pela cota racial, porque muitos pensam que a raça não deve servir de parâmetro para diferenciação no sistema de cotas.

Porém, as cotas têm sido eficazes em proporcionar aos jovens maior possibilidade de acesso em uma universidade, embora ainda enfrentem dificuldades financeiras, de acesso a bens culturais e o preconceito, tanto por serem cotistas quanto por serem negros (LEMONS, 2017). De acordo com Bezerra e Gurgel, (2011) o sistema de cotas, apesar de não resolver totalmente os problemas da educação brasileira, tem contribuído para diminuir a exclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Administração do IFNMG *Campus Arinos*, tem sido de suma importância para os futuros bacharéis. Em se tratando de acesso, a maior parte dos participantes não utilizou o sistema de cotas, ainda que fizessem jus ao mesmo e não relatam terem vivenciado problemas para ingressar no Ensino Superior. A facilidade de acesso é inclusive um dos fatores apontados, pelos participantes, como motivo para a escolha do curso de Administração, assim como afinidade, vocação, realização pessoal e o mercado de trabalho garantido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. M. L. De. *Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003*. 2006. 386f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA–ABEP. Critério Brasil 2018

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 2011.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. *Sustainable Business International Journal*, n. 09, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 25 mar. 2019.

DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FEDERAL; DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS REGIONAIS. Pesquisa nacional. *Perfil, formação, atuação e*, 2017.

FREITAS, M. G. P. *et al*. Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora. *XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino Americano de Pós-graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba*. São José dos Campos, p.1-6, 26 a 27 out. 2017.

Disponível em:

<[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2017/anais/arquivos/RE\\_0523\\_0602\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2017/anais/arquivos/RE_0523_0602_01.pdf)>.

Acesso em: 20 abr. 2019.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, p.97-112, jan/abr 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6740/6638>>. Acesso em 04 mar. 2019.

JÚNIOR, V. F. S. *et al*. Atividades extracurriculares e o processo de formação de administradores. *Revista Sociais e Humanas*, 2011, 24.1: 31-40.

KRAINSKI, L. B. Reflexões sobre a política de acesso e permanência no ensino superior público. *XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – Cigu*. Florianópolis – Santa Catarina, p.1-10, 3, 4, 5 dez. 2014.

LEMOS, I. B. D. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Revista brasileira de educação*, v. 22, n. 71, 2017.

TOURINHO, C. Refletindo sobre a dificuldade de leitura em alunos do ensino superior: “deficiência” ou simples falta de hábito. *Revista Lugares de Educação*, 2011, 1.2: 325-346.

VELOSO, T. C. M. A.; MACIEL, C. E. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, p.224-246, 15 abr. 2015.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Santa Catarina, v. 11, n. 32, p.226-237, mai/ago, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2019.